

Relações comerciais entre o porto de Salvador e o sertão de Jacobina a partir de procurações registradas nos Tabelionatos de Salvador (1722-1816)^a

Commercial relations between the port of Salvador and the hinterland of Jacobina based on powers of attorney registered in the Notary Offices of Salvador (1722-1816)

Cândido Domingues de Souza^b 

Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas,
Jacobina (BA), Brasil

Resumo: A vila de Santo Antônio da Jacobina foi criada em 1722 em razão da descoberta de ouro em seus rios. Logo a localidade atraiu muita gente em busca do ouro, criando um circuito de comércio no sertão. Do porto de Salvador saíam tropas levando africanos escravizados, mercadorias manufaturadas da Europa e objetos de luxo do Oriente; dos sertões do Piauí chegavam o gado para alimentar a população. Tudo pago em ouro! Esse artigo tem como objetivo apresentar os resultados preliminares de uma pesquisa sobre o comércio desenvolvido entre Salvador e Jacobina. Para tanto, serão analisadas procurações notariais registradas em 29 livros de notas dos tabelionatos de Salvador (1722-1816). Essa documentação possibilita conhecer os principais agentes de Salvador que emitiram procurações e os principais procuradores instituídos em Jacobina e seu entorno. Em seguida, apresento algumas transações mercantis envolvendo crédito, o ouro e africanos escravizados entre as duas praças. O uso de procurações notariais de uma vila ou

Editoras responsáveis: Natânia Silva Ferreira e Silvana Andrade dos Santos

^a Submissão: 29/08/2025 | Aprovação: 05/10/2025 | DOI: 10.29182/hehe.v28i4.1092

^b candido_eugenio@yahoo.com.br

Este trabalho contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) por meio do projeto *Escravidão, sociedade e economia na vila de Jacobina (séculos XVIII e XIX)*, (FAPESB, APP0022/2023), coordenado pelo professor Dr. Jackson Ferreira.

O autor declara não haver conflito de interesse.



Esta publicação está licenciada sob os termos
de Creative Commons 4.0 Internacional

cidade como meio de conhecimento do grupo mercantil e seu comércio de outras regiões é uma possibilidade metodológica que pode ser replicada para alcançar objetivos semelhantes ao deste artigo.

Palavras-chave: Bahia Colonial. Redes comerciais coloniais. Procurações notariais.

Abstract: The village of Santo Antônio da Jacobina was founded in 1722 due to the discovery of gold in its rivers. The site soon attracted many people seeking of gold, creating a trade network in the backlands. From the port of Salvador, caravans transported enslaved Africans, manufactured goods from Europe, and luxury items from the East; from the hinterlands of Piauí came cattle to feed the population. All transactions were paid in gold! This article aims to present preliminary results of a research project on the trade developed between Salvador and Jacobina To this end, notarial powers of attorney registered in 29 notary books of Salvador (1722-1816) will be analyzed. This documentation allows us to identify the main agents in Salvador who issued powers of attorney and the main attorneys established in Jacobina and its surroundings areas. Finally, the paper presents some commercial transactions involving credit, gold and enslaved Africans between the two regions. The use of notarial powers of attorney from a village or city as a means of understanding the merchant group and its trade in other regions is a methodological possibility that can be replicated to achieve objectives similar to those of this article.

Keywords: Colonial Bahia. Colonial Commercial Networks. Notarial Powers of Attorney.

JEL: N01. N36. N46.

Introdução

Em um recente artigo, as historiadoras Claire Lemercier e Francesca Trivellato fazem uma pergunta simples: o que nos ensinam os livros de notas dos tabeliães? (Lemercier; Trivellato, 2022). Essa é uma pergunta que ainda precisamos fazer aos livros de notas brasileiros. A partir de uma amostra composta por 42 livros notariais de Salvador, do período de 1690 a 1817, fiz uma pergunta semelhante e como resposta essa documentação me indicou que pouco mais de 70% dos documentos registrados em cartórios da Cidade da Bahia era composto por procurações notariais (44,8%) e alforrias (26%). Havia, pois, uma alta concentração da tipologia documental registrada formalmente em Salvador (Domingues, 2023).

Apesar de inspirado pelas inquietações das historiadoras, infelizmente não posso fazer a mesma pergunta para vários tabelionatos da Bahia colonial. O tabelionato de Jacobina é um desses!

Primeira vila a ser criada nos sertões para além do Recôncavo da Baía de Todos-os-Santos, a vila de Santo Antônio da Jacobina foi instalada em 22 de junho de 1722, e teve o local de sua sede mudado da Missão do Saí para o vale do Rio Itapicuru Mirim dois anos depois. No encontro desse rio com o Riacho do Ouro crescia a mineração que justificou a criação da vila e sequencial mudança (Vasconcelos, 1988; Conceição, 2018). Para ali concorriam milhares de pessoas em busca do metal dourado.

Desde os primórdios da institucionalização do município já temos notícia do tabelionato em Jacobina. Em 1722, o “tabelião público do judicial e notas, escrivão dos órfãos e da almotaçaria” Custódio Nobre Sampaio era acusado de malversação de suas funções públicas (Silva, 2014; Conceição, 2018). Em 1738, Luís da Cunha da Vide (ou *David*) solicitava ao rei D. João V o mesmo ofício demonstrando a vitalidade da instituição nos sertões do ouro (AHU, CU, 005, cx. 63, doc. 5355).

A despeito de sabermos que a instituição do tabelionato chegou aos sertões tão logo que a municipalidade se instaurou, a documentação produzida por ele não mais existe para o século XVIII. Sabemos que grande parte da vida econômica formalizada passa pelas mãos dos tabeliães. Estudos recentes têm demonstrado uma grande variedade de documentos, tais como procurações, alforrias, letras de risco, carregações, registros de dívidas, crédito, hipotecas, ajustes de contas, cartas comerciais e pessoais, sentenças criminais e alvarás da justiça, entre outros (Silva, 2016; Barleta,

2021; Lemercier; Trivellato, 2022; Domingues, 2023). A historiografia já tem demonstrado a riqueza das fontes notariais para a pesquisa histórica, e essa diversidade documental indica um manancial que atrai historiadores a fazer perguntas novas e mais diversificadas *aos tabeliães*. É o caso desta pesquisa.

Uma vez que não dispomos do tabelionato de Jacobina para ver como as relações comerciais eram construídas de dentro para fora, pergunto a partir dos Tabelionatos de Salvador: quais eram as ligações entre os homens de negócio estabelecidos na “cabeça do Brasil” com os moradores da vila do ouro?

1. O que nos diz os tabeliães de Salvador sobre os “jacobinenses”

O banco de dados trabalhado nesse texto é tributário de um banco de dados maior, elaborado com 42 livros de notas dos tabelionatos de Salvador entre 1690 e 1817. Nesse banco de dados foram tabulados todos os instrumentos registrados nos livros, alcançando um total de 10.108 documentos (Domingues, 2023). A elaboração do banco de dados buscou seguir um equilíbrio na quantidade de livros por década dentro da realidade de existência dos livros. Há décadas de que temos mais de vinte livros (1721-1730), enquanto de outras temos apenas cinco (1781-1790).

Para alcançar os dados aqui trabalhados, identifiquei 28 livros de notas daquele banco de dados inicial, os quais possuem procurações que estabeleceram procuradores em Jacobina entre 1722 e 1816. Para ampliar os dados, inseri as procurações do Livro de Notas n.º 64 (1736-1737), escolhido por abranger o período de auge de ouro em Jacobina, o que se provou importante, por ter nove procurações com procuradores “jacobinenses” (APEB, SJ, LNTS, n. 37-A, 39, 45, 48, 51, 55, 58, 64, 70, 76, 82, 85, 91, 99, 100, 102, 105, 114, 117-A, 119, 123, 130, 141, 143, 144, 164, 174, 180, 186). Apesar de, desde 1704, já encontrarmos procurações em Salvador outorgando procuradores em Jacobina, preferi limitar a pesquisa à fundação da vila (APEB, SJ, LNTS, n. 21).

Todas as procurações foram transcritas para elaboração de outro banco de dados cujo foco são os procuradores e sua morada. Com esse material foi possível estabelecer a quantidade de procuradores que habi-

tavam Jacobina e eliminar as duplicidades de nomes, de modo a chegar nos dados que se seguem.

No período estudado foram registradas 83 procurações que estabeleciam, pelo menos, um procurador nas vastidões jacobinenses. Ao todo foram 87 outorgantes diferentes. Apenas dois deles registraram mais de um documento: Antônio Lopes Machado (1748 e 1752) e João Marques Ramalho (1757 e 1760). Apenas duas mulheres individualmente registraram procurações para Jacobina: as viúvas Joana dos Santos (1800) e Umbolina Bristes dos Anjos (1801). Três procurações foram compostas por casais: Pedro da Silva Magalhães e Catarina de Araújo (1728), Manoel Fernandes Nabuco Júnior e Dona Mariana Josefa Joaquina dos Martírios (1783) e Félix Pereira da Costa e Maria Francisca da Conceição (1799). Outras três procurações parecem ser sociedades: Manoel da Costa Alves, Miguel Alves de Freitas, Maurício Carvalho da Cunha (1728), Manoel Francisco Gomes e Manoel Dias de Faria (1737), e os irmãos José e Manoel Carvalho (1759).

Foi possível identificar o nome completo de 179 pessoas. Uma outra procuração dava poderes ao reverendo vigário da vila naquele momento ou no futuro. A morada de 181 procuradores foi registrada de várias formas, como se vê na tabela abaixo.

**Tabela 1 – Local onde moravam e atuavam os procuradores
(Jacobina, 1722-1816)**

Território do poder outorgado	#
Jacobina	85
Vila de Jacobina	53
Vila de Jacobina e sua comarca	10
Minas de Jacobina	9
Jacobina e em toda a parte	7
Jacobina, Rio de São Francisco e Piancó	7
Sertão da Jacobina	5
Arraial das Minas da Natividade e na vila da Jacobina	3
Minas Novas e vila da Jacobina	2
Total	181

Fonte: APEB, SJ, LNTS, n. 37-A, 39, 45, 48, 51, 55, 58, 64, 70, 76, 82, 85, 91, 99, 100, 102, 105, 114, 117-A, 119, 123, 130, 141, 143, 144, 164, 174, 180, 186.

Essa tabela mostra que as pessoas que recebiam poderes das procurações de Salvador podiam circular em uma região tão vasta quanto a distância entre a sede da vila e as Minas Novas de Arassuaí, atual norte do estado de Minas Gerais. Ou mesmo, em todo o território da comarca que ia do Recôncavo da Baía de Todos-os-Santos à margem direita do Rio São Francisco, numa indicação que boa parte deles poderiam ser comerciantes, tropeiros ou mineiros que estavam em constante movimento.

Por outro lado, o segundo topônimo mais recorrente, “vila de Jacobina”, apontado em 53 vezes, pode indicar uma sedentarização na vila, enquanto a maioria ficou no genérico e, por que não, vasto “Jacobina”.

As características patriarcais da sociedade moderna portuguesa, no geral, e mineira, no particular, marcaram a supremacia masculina entre os procuradores outorgados. Apenas duas mulheres foram indicadas como procuradoras em Jacobina: em 1800, João Ferreira dos Santos outorgou direitos a “Ana Maria de Jesus, sua mulher e na falta desta” a Domingos Ferreira dos Santos, seu compadre. Ambos podiam atuar como procuradores na vila de Jacobina e sua comarca. Dezesseis anos depois, foi a vez de Florêncio José Romano estabelecer como procuradora sua mãe, Jacinta Rosa de Jesus, e Manoel José Romano e Manoel José Romano, provavelmente seus irmãos. Os motivos do outorgante estarem em Salvador são desconhecidos a esta pesquisa. Os poderes para essas mulheres seguiam o mesmo modelo das demais procurações. Estabelecendo poderes gerais, elas contavam “com poder especial que concede ele outorgante aos ditos seus procuradores para venderem terras, escravos, ouro, prata, e tudo o mais que pertencer ao seu casal assinando escrituras das mesmas vendas e seguirem as suas ordens que lhe forem enviadas por escrito e fazerem tudo mais que for a bem dele outorgante” (APEB, SJ, LNTS, n. 141, f. 249v-250v, citação; n. 186, f. 185v-186v).

Esses dados nos chamam a atenção para o uso de procurações como meio de recompor espaços socioeconômicos que não possuem acervos correlatos. Mesmo que possamos replicar esse modelo, precisamos ter consciência que, dentre todas as limitações da fonte, a ausência de mulheres torna-a um limitador maior. Isso pode ser complementado com inventários *post mortem* do local que se quer estudar, porém no caso da Vila de Jacobina não temos essa documentação para o período anterior a 1830 (Santos, 2022b).

Não foi possível identificar o nome completo de 19 procuradores. Ainda assim, podemos afirmar que 16 eram do sexo masculino. Para oito procuradores não identificados foi possível conhecer a ocupação: foram três sargentos-mores e um tenente-coronel, capitão-mor, alferes, ajudante e advogado.

Esse padrão militar também é o principal perfil dos procuradores cujo nome é conhecido. Aos militares somam-se os religiosos como o segundo grupo mais requisitado. A tabela a seguir mostra bem isso.

Tabela 2 – Ocupação dos procuradores em Jacobina (1722-1816)

Ocupação	#	Ocupação	#
Capitão	25	Doutor	4
Sargento-mor	15	Ajudante	3
Sacerdotes	91	Tenente-coronel	3
Capitão-mor	6	Capitão de cavalos	2
Alferes	7	Coronel	2
Licenciado	4	Diversos*	7

* Advogado (1), Tenente (1), Capitão e Sargento (1), Capitão-mor e Sargento-mor (1), Capitão-mor e Coronel (1), Cabo de esquadra dos Henriques (1), Licenciado e Capitão (1).

Fonte: APEB, SJ, LNTS, n. 37-A, 39, 45, 48, 51, 55, 58, 64, 70, 76, 82, 85, 91, 99, 100, 102, 105, 114, 117-A, 119, 123, 130, 141, 143, 144, 164, 174, 180, 186.

Dos 181 procuradores, 94 não tiveram sua ocupação indicada, outras duas não puderam ser identificadas. Quando confrontamos os nomes de alguns procuradores com outras fontes ou trabalhos historiográficos, conseguimos saber que o terceiro grupo de escolha era composto por funcionários de importantes instituições coloniais.

Indicado como procurador por três vezes entre 1728 e 1736, José da Cunha David (ou *da Vide*) devia ser uma pessoa de destaque na vila de Santo Antônio da Jacobina a ponto de se considerar ter as condições para servir como Tabelião Judicial e Notas e Escrivão conforme pediu a D. João V em 1735 (AHU, CU, 005, cx. 53, doc. 4633) e em 1749 1735 (AHU, CU, 005, cx. 99, doc. 7806). Nas procurações David aparece

¹ Foram listados como padres, vigários, Reverendo vigário da vara e padre frei religioso da Palma.

como capitão (1731) e depois como sargento (1736), indicando seu avanço na carreira militar.

O sargento-mor Domingos Ferreira Correa foi indicado três vezes como procurador entre 1737 e 1760. Em 1751, servia na Intendência de Jacobina quando assumiu o cargo de segundo escrivão da receita e conferênciaria da Casa da Fundição, com o ordenado de 450\$000 réis (AHU, CU, 005, cx. 1, docs. 85 e 96).

Euzébio de Proença e Silva foi requisitado como procurador em duas ocasiões, em 1748 e 1751. Certamente desempenhava alguma função distinta na vila para ser nomeado Tesoureiro da Casa da Fundição de Jacobina em 1752 pelo vice-rei, o Conde de Athouguia (AHU, CU, 005, cx. 2, doc. 213).

João Pinto Pereira, por sua vez, atuou em diversas e importantes funções na vila de Jacobina. Em 1746, era escrivão da Câmara e regedor-geral da vila (AHU, CU, 005, cx. 85, doc. 6956) e no mesmo ano recebera a mercê de servir por três anos no ofício de tabelião (AHU, CU, 005, cx. 85, doc. 6948).

Um dos mais requisitados foi o famoso sertanista Romão Gramacho Falcão. Entre 1757 e 1764 ele foi indicado como procurador oito vezes: sete delas por um único outorgante, todos diferentes, e uma pelos irmãos José Carvalho e Manoel Carvalho. Ao longo desses anos ele foi descrito como sargento-mor (Serro do Frio, 1733), capitão-mor (Vacaria, 1751) e coronel (1759). A primeira vez em que aparece como procurador no sertão da Jacobina é em 1757. Além dos lugares já citados, Romão também representou seus outorgante na Vila do Rio de Contas e Sertão Acima e nas Minas Novas, indicando a vastidão territorial que seu poder abarcava, afinal desde 1741 ele era “coronal do regimento de infantaria da ordenança do sertão que fica entre o rio Jequitinhonha, rio Pardo e o rio Verde” (APEB, Seção Colonial e Provincial, lv. 356 *apud* Santos, 2010, p. 219).

Tão requisitado quanto Romão Gramacho foi João Rodrigues de Freitas, sete vezes indicado como procurador de sete outorgantes diferentes entre 1723 e 1740, mas ainda pouco se conhece sobre esse personagem.

Essa repetição de indicações no mesmo sujeito teve uma concentração até os anos 1760, muito provavelmente quando a economia aurífera fora maior. A partir daí foi mais frequente aparecer alguns procuradores

com duas indicações e os demais apenas uma vez. No início do século XIX, há um leve retorno à repetição, quando João Gomes de Souza Leite (1800-1801) e Maurício Correa de Silva (1800-1813) aparecem como os únicos a receber três procurações.

2. Alguns procuradores “jacobinenses” e suas atividades comerciais

Conforme afirmou o historiador Leonardo Barleta,

[...] as riquezas do sertão atraíram uma ampla gama de indivíduos, muitos dos quais só podiam acessar essas novas oportunidades indiretamente por meio de agentes móveis. Por outro lado, aqueles que se mudaram para o sertão também buscaram permanecer ligados a parceiros distantes ou adquirir bens de consumo para reproduzir, pelo menos parcialmente, seu modo de vida anterior. Em ambos os casos, muitas vezes recorreram a um instrumento jurídico que dava forma às relações sociais e econômicas estabelecidas através do espaço: as procurações bastante. (Barleta, 2021, p. 197)

Nesta seção apresento a diversidade de atuação comercial de alguns dos homens que representavam habitantes de Salvador em Jacobina e região. Como veremos, alguns deles circulavam pelas minas auríferas e sertões são-franciscanos, outros faziam de Jacobina um entreposto entre Salvador (e seu porto atlântico) com outras capitaniais, como as Minas Gerais. Futuras pesquisas em arquivos das cidades do interior da Bahia, de Goiás, Piauí e Minas Gerais poderão ilustrar melhor com agentes e mercadorias essas relações indicadas por Berleta. Albertina Vasconcelos, em dissertação defendida em 1998, já indicava a integração dos sertões da Bahia a essas capitaniais e além. A autora afirmou que no início do Setecentos “foi se revelando uma outra face da Bahia do séc. XVIII, pela exploração e comércio do ouro, diamantes, gado, escravos transplantados de África para o sertão, e pelo consumo, tanto de subsistência quanto de suntuário” (Vasconcelos, 1998, p. 194-195 e 242-246).

As transações comerciais entre o sertão de Jacobina com o vale do Rio São Francisco, no norte da capitania de Minas Gerais, vinham do

início do século XVIII. A partir do Livro Razão de Atanásio Cerqueira Brandão, ficamos conhecendo o importante comércio de gado e farinha entre ele e o casal “jacobinense” Francisco de Araújo de Aragão e dona Perpétua Bezerra da Silva. Após enxovalhar-se, dona Perpétua seguiu com esse comércio (Fagundes, 2021).

O próprio Atanásio Cerqueira Brandão fazia parte de uma rede mercantil que envolvia diversas praças mercantis no Atlântico e os sertões do Brasil. Em 1733, Pedro da Silva Guimarães registrou uma procuração em Salvador, estabelecendo poderes para 123 procuradores, incluindo o Atanásio Brandão, estabelecidos em Salvador, Angola, Portugal (Lisboa e Porto), Nova Colônia do Sacramento, Rio de Janeiro e Parati, capitania de Pernambuco, nas “Minas Gerais do Ouro” (Minas Novas, Caeté, Barra do Rio das Velhas, São Romão, Sabará e Serro do Frio), em Lagarto e toda a capitania de Sergipe, na cidade de São Paulo, Recôncavo da Baía de Todos-os-Santos (Cachoeira, Santo Amaro, Maragogipe e Jaguaripe), nas minas da Jacobina, minas do Rio das Contas e Morro do Fogo, no sertão do Rio São Francisco, Sertão do Urubu.² Em Jacobina foram elencados o ajudante Domingos Rocha Monteiro, o capitão de cavalos Manoel F [...] da Silva, Manoel Pinto de Carvalho e João Rodrigues de Freitas.

Em Jacobina, um dos procuradores mais recorrentes foi Domingos Pereira Lobo. Entre 1737 e 1752, ele recebeu três procurações de Salvador (APEB, SJ, LNTS, n. 64, f. 193fv; n. 91, f. 49v-50v e f. 113f-114f). Desde cedo, Domingos já se destacava como mineiro e senhor de vasta escravatura. Em 1723, ele possuía 31 mineiros e 97 escravos trabalhando em suas quatro zonas de mineração (Conceição, 2023).

Para além das relações sociocomerciais que já conhecemos entre Jacobina e Salvador via procurações notariais, essas praças também estavam ligadas ao mercado de crédito, como mostra a dívida ativa do boticário e credor João Ribeiro da Silva. Quando do falecimento de sua esposa e da feitura do inventário, em 1790, dois moradores de Jacobina e representantes de pessoas em Salvador foram listados como devedores de João.

Ventura da Silva Barros, morador em Jacobina, devia ao casal por dinheiro a crédito tomado em 13 de julho de 1759. Trinta e um anos depois do empréstimo, Barros ainda devia 138\$820 réis de juros desde

² APEB, SJ, LNTS, n. 58, f. 53v-55v (Procuração de Pedro da Silva Guimarães, 10/12/1733).

13 de julho de 1760. Essa era a mesma situação de Antônio Ferreira Braga, que tomou um empréstimo em 17 de maio de 1783, e ainda devia 104\$160 réis de juros vencidos desde 17 de maio de 1784 (APEB, SJ, 04/1760/2230/04, f. 33v). Não se tinha notícias desses devedores, se estavam mortos, se ainda moravam em Jacobina ou tinham se mudado para locais mais distantes. A dívida passiva de João Ribeiro apresenta diversos devedores que tinham fugido para o Reino da França ou mesmo sem notícias do paradeiro. Provavelmente seus devedores aproveitaram de seu estado de demência, como diagnosticado, para evadir-se das obrigações (Domingues, 2023).

— • —

Quando temos a oportunidade de expandir o olhar para vilas e povoados do interior, inclusive de outras capitâncias, confirmamos a expansão da malha das redes de sociabilidade nas quais os moradores de Jacobina estavam inseridos. Vejamos o caso do povoado e Freguesia de Cabrobó, capitania de Pernambuco, escolhida aleatoriamente por ter o documento em fácil acesso.

Procurações registradas no Livro de Notas do Tabelião de Cabrobó não apenas indicam relações de confiança e representação entre os dois locais, como nos mostram pessoas que mantinham relações com a Cidade da Bahia no final do século XVIII. Três moradores de Jacobina indicados como procuradores de pessoas de Salvador também recebem poderes em duas procurações registradas em Cabrobó. Nessas procurações também são outorgados poderes para gente de Salvador, apontando os nós dessas relações que ligavam o Atlântico, o sertão e o Rio São Francisco.

Em 4 de dezembro de 1786, Antônio Rodrigues Martins registrou uma procuração estabelecendo direitos a diversas partes de Pernambuco, a Salvador e na vila de Jacobina ao capitão Antônio Duarte, Jorge Teodoro dos Santos Pardinho, Manoel Caetano, e Manoel Jorge Coimbra (IAHGP, LNTC, 1785-1790, f. 25v-26v). Dois anos depois, em fevereiro de 1788, o “capitão-mor Gonçalo Pinto da Silva, por si e como cabeça de sua mulher Cláudia Maria do Espírito Santo” registrou procuração para Salvador e na “na vila de Jacobina e seu termo Antônio Afonso, o capitão José Brás Sanches Brandão, o capitão Francisco Simplício, o dou-

tor Francisco Xavier de Oliveira, o capitão Manoel Ribeiro Quinta, Manoel Bento Coelho” (IAHGP, LNTC, 1785-1790, f. 54v-55v).

O sargento-mor Jorge Teodoro dos Santos Pardinho, capitão e licenciado Antônio Afonso e tenente-coronel Manoel Bento Coelho também representavam em Jacobina pessoas residentes em Salvador.

O sargento-mor Jorge Teodoro dos Santos Pardinho foi o mais requisitado pelos pernambucanos. Das seis procurações que outorgam poderes a pessoas de Jacobina, ele consta em cinco como representante de dois homens e três viúvas (1786-1789). Em Salvador, Félix Pereira da Costa e sua mulher Maria Francisca da Conceição outorgaram-lhes poderes em 1799 (APEB, SJ, LNTS, n. 144, f. 479v-481v).

Dentre os “jacobinenses” que aparecem nas notas de Cabrobó e de Salvador, o capitão e licenciado Antônio Afonso de Carvalho é o único que representava duas pessoas de Salvador. Também é o que aparece com a maior diferença de tempo entre os documentos, demonstrando a sua longevidade na vila de Jacobina. Em 1743, Bento Vieira Paes, que “vive de seu negócio pelo Recôncavo desta cidade [da Bahia]”, outorgou poderes ao licenciado Antônio Afonso. Quase seis décadas depois, em 1801, foi a vez de Francisco Álvares Guimarães registrar uma procuração ao agora capitão Antônio Afonso (APEB, SJ, LNTS, n. 76, f. 24v-26f e n. 144, f. 329f-330f). Apesar da distância cronológica entre os documentos, não é impossível ser a mesma pessoa. Sendo homônimos, podem, também, ser pai e filho.

3. Ouro, escravos e redes comerciais coloniais

A remessa de ouro e dinheiro para Lisboa em 1733 ilustra o “sistema de arraste” que Carlos Assadurian (1982) apontou para a economia de Potosí nos séculos XVI e XVII ao analisar a formação do mercado interno da região, impulsionado pelas minas de prata). Seguindo os caminhos do autor, Hélida Conceição (2018) analisa a entrada do ouro jacobinense na Casa de Moeda da Bahia.

Como se vê na tabela a seguir, nos dois primeiros meses de 1733, 12 homens remeteram ouro de Jacobina para Lisboa totalizando 13 barras, 4 barrinhas, “uns cordões e várias miudezas”.

**Tabela 3 – Ouro de Jacobina remetido para Lisboa
(07/01/1733 a 16/02/1733)**

Remetente	Barras	Marco	Onça	Oitavas	Grãos
Antônio de Araújo Lima	1 barra	1	2	5	0
Antônio de Araújo Lima	3 barrinhas, uns cordões e várias miudezas	4	1	3	36
Bento Ferreira Bastos	1 barra	13	6	-	-
Diogo Paes Pereira	1 barra	9	2	6	-
Domingos Álvares Dias ou Simão Pinto de Queiros	1 barra	2	-	7	12
Sargento-mor Domingos Pereira Lobo	3 barras	18	7	5	-
Estevam Rodrigues Álvares ou Manoel Teixeira de Sampaio	2 barras	9	7	1	-
Francisco da Cunha, ou João Francisco de Magalhães	2 barras	4	1	4	-
Francisco Rodrigues de Carvalho, ou Luis da Costa de Magalhães	1 barrinha	-	4	7	48
João Francisco de Magalhães	1 barra	1	7	7	36
Manoel Soares Moreira	1 barra	8	2	6	36

Fonte: AHU, CU, 005, cx. 46, doc. 4122.

Ao confrontar os nomes dos remetentes do ouro com as procurações outorgadas em Salvador, abrem-se duas hipóteses sobre as relações desses homens. Ou eram agentes mercantis que transitavam com frequência entre o litoral e o sertão, alguns deles por longas décadas, como o sargento-mor Domingos Pereira Lobo, que enviou três barras de ouro das minas de Jacobina pesando 18 marcos, 7 onças e 5 oitavas e somente vinte anos depois aparece como procurador de Caetano José de Carvalho e Mota (APEB, SJ, LNTS, n. 91, f. 49v-50v). Ou mantinham relações comerciais com as minas, recebendo seu ouro, talvez até mesmo indo esporadicamente, mas não tardaram em se estabelecer em Jacobina anos depois do envio de que temos notícia. O que seria os casos de Estevam Rodrigues Álvares procurador de Manoel Martins Afonso (1736) e do capitão Domingos Álvares Dias, procurador de Manoel Francisco Gomes e Manoel Dias de Faria (1737) (APEB, SJ, LNTS, n. 64, f. 113f-114v e f. 161f-162f).

Ressalta-se aqui a sociedade entre Domingos Dias e o importante homem de negócios Simão Pinto de Queiros. Este era poderoso homem da administração colonial e armador de navio negreiro (Domingues, 2023; The Trans-Atlantic Slave Trades, # 50728).

Essas interligações de mercados regionais e globais já foram analisadas em estudos para as Minas Gerais. Diversos autores têm mostrado que, também no Brasil, as regiões auríferas interligavam-se com portos marítimos e com outras regiões abastecedores de alimentos e escravos, criando um circuito mercantil. Esses homens, e algumas mulheres, precisavam tecer boas relações de confiança com comerciantes que transitam por longos e perigosos caminhos levando e trazendo encomendas, fazendo cobranças de seus procuradores e, principalmente, negociando escravos por ouro (Carrara, 2007; Mathias, 2012; Santos, 2013). Como afirmou Carlos Kelmer Mathias (2012, p. 80-83), essas relações tinham um “caráter extremamente descentralizado, multifocal e com uma rede de comunicação eficiente favorecia em muito a circulação de bens, mercadorias e serviços no interior do espaço económico do ouro na primeira metade do século XVIII. Em realidade, fomentava a circulação de riqueza”.

Como os exemplos mencionados anteriormente demonstraram, os moradores de Jacobina estavam inseridos nesse comércio direta ou indiretamente. Diretamente porque vemos que alguns dos seus habitantes listados como procuradores de Salvador faziam o negócio negreiro entre aquele porto e as minas jacobinenses. Indiretamente, porque alguns moradores de Jacobina integravam redes de comerciantes de Salvador que eram compostas por uma diversidade de procuradores, inclusive traficantes de escravos. Vejamos primeiro os casos indiretos.

A partir do cruzamento do banco de dados de procurações com uma prestação de contas da Intendência Geral do Ouro da Bahia para o Conselho Ultramarino, sabemos que pelo menos três representantes de homens de Salvador em Jacobina e região transitavam com o comércio de escravos para as capitâncias de Minas Gerais e Goiás.

Luís Álvares de Amorim, procurador de Domingos de Oliveira Bastos, morava nas Minas de Santa Luzia e, juntamente com seu sócio Francisco Xavier D.^a, negociou 103 escravos e mais fazendas no valor de 31:302\$620, entre Salvador e as minas do Tocantins.

Em 26 de maio de 1759, Domingos de Oliveira Bastos registrou uma procuração estabelecendo poderes a 102 pessoas em diversas praças do Império português, especialmente em locais de mineração (APEB, SJ, LNTS, n. 102, s/f). Um deles foi Luís Álvares de Amorim, nas Minas de Santa Luzia, capitania de Minas Gerais, o qual, como vemos na tabela a seguir, também negociava escravos para as minas do Tocantins, o que demonstra uma vasta geografia de atuação na economia aurífera. Pertencendo à mesma rede de confiança, muito provavelmente em suas andanças passava por Jacobina, onde poderia estabelecer negócios com Manoel Alves de Magalhães e o capitão Manoel José Pinto, os procuradores “jacobinenses” de Domingos de Oliveira Bastos.

Tabela 4 – Procuradores e sua relação com o comércio das minas (1756-1757)

Registro da procuração em Salvador		Comércio de escravos (a)			
Procurador (ano)	Morada	Comércio	Valor (réis)	Data	Destino
Luís Álvares de Amorim (1759) (b)	Minas de Santa Luzia	103 escravos e mais fazendas Sócio: Francisco Xavier D. ^a [sic]	31:302\$620	12/10/1757	Minas do Tocantins
José Cardoso da Fonseca (1778) (c)	Vila Boa de Goiás em toda a sua comarca	21 escravos e mais fazendas	2:940\$000	05/08/1756	Minas de Goiás
Francisco Ferreira [Coelho] (1783) (d)	Minas Novas	8 escravos e mais fazendas	2:676\$000	14/09/1757	Minas

Fonte: (a) AHU, CU, BA/AV, cx. 134, doc. 10421 (Bahia, 08/12/1757); (b) APEB, SJ, LNTS, n. 102, s/f; (c) APEB, SJ, LNTS, n. 119, f. 193fv; (d) APEB, SJ, LNTS, n. 123, f. 218v-219v.

José Cardoso da Fonseca foi um dos 31 procuradores estabelecidos, em 1778, por Bernardo José para o Reino, as capitania da Bahia, Minas Gerais e Goiás, e a vila da Barra do Rio Grande, no Rio São Francisco (capitania de Pernambuco). Na Bahia, Bernardo contava com importantes homens de negócio investidores no comércio atlântico de africanos escravizados, como Gualter Martins da Costa Guimarães, Antônio Gonçalves Viana, Custódio Ferreira Dias (The Trans-Atlantic Slave Trade).

Este último foi um dos importantes homens da administração colonial e credor do final do século XVIII (Santos, 2022a). Em Jacobina, o procurador de Bernardo José foi o capitão Manoel Corja do Lago (APEB, SJ, LNTS, n. 119, f. 193fv).

Por fim, Francisco Ferreira Coelho, negociante de escravos para as Minas Novas, era um dos 59 procuradores de Francisco José Peixoto (APEB, SJ, LNTS, n. 123, f. 218v-219v). Além do Reino, os negócios de Peixoto estavam espalhados por capitâncias como Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco, Pará, Maranhão e Espírito Santo. Na Bahia, atuava em diversas regiões, com destaque para “Rio das Contas caminho de Minas” e Jacobina, onde o sargento-mor Silvério Ferreira Salazar o representava.

Infelizmente não temos registros mais diretos desses homens negociando escravos com Jacobina, mas a participações nas mesmas redes de comércio e confiança, assim como os trânsitos para regiões que poderiam passar pela Vila de Santo Antônio, são alertas para oportunidades de negócios na praça jacobinense. Os dados a seguir mostram-nos o comércio de escravos de modo direto entre Salvador e Jacobina.

Dos três registros de *Passaportes de escravos* que temos no APEB, apenas naquele que cobre os anos de 1759 e 1772 encontramos traficantes-procuradores que moravam em Jacobina. Essa documentação registrava, na Secretaria de Governo, o envio de escravos para além do Recôncavo e para outras capitâncias ao mesmo tempo que emitia uma guia que os traficantes deveriam apresentar nos postos fiscais por onde trafegavam.

A tabela a seguir refere-se a um período em que o ouro de Jacobina já estava com uma produção bastante baixa e sua economia voltava-se mais para a agricultura e a pecuária. Apesar de não termos um forte comércio negreiro entre Salvador e a região, nota-se que o comércio ainda existia (Vasconcelos, 1988; Cezar, 2020).

Mais uma vez Estevão Rodrigues Alves, o mesmo que já vimos mandando ouro de Jacobina para Lisboa, em 1733, aparece aqui comprando um escravo crioulo três décadas depois.

Tabela 5 – Moradores e procuradores em Jacobina e sua relação com o comércio de escravos

Registro da procuração em Salvador		Comércio de escravos para Jacobina (a)		
Procurador (ano)	Data	Comércio	Data	Obs.
Estevão Rodrigues Alves (b)	1760	1 escravo crioulo	1762	Sargento-mor
Manoel Coelho dos Santos (c)	1764	2 escravos	1762	
Sargento-mor João Moreira Cesar (d)	1771	2 escravos (1767) 2 escravos (1 angola e 1 crioulo – 1768)	1767 e 1768	Alferes
Gaspar Teixeira Leite Viana (e)	1772	1 escravo	1766	“Gaspar Teixeira Leite” [?]

Fonte: (a) APEB, SCP, mç. 249, Passaportes de escravos (1759-1772). Não há traficantes do período de 1778-1798 para Jacobina que sejam listados como procuradores em Salvador; (b) APEB, SJ, LNTS, n. 102, f. 213fv; (c) APEB, SJ, LNTS, n. 105, f. 254v-255v; (d) APEB, SJ, LNTS, n. 114, f. 202v-204f; (e) APEB, SJ, LNTS, n. 144, f. 306f-307f.

Todos os oito escravos negociados eram do sexo masculino e apenas um deles foi identificado como de Angola e dois como crioulos. De todos os outros não temos mais informações.

A lista dos procuradores outorgados em Salvador demonstra a inserção dos seus pares jacobinenses em redes dos negócios negreiros e de mercadorias secas e molhadas que circulavam pelos sertões e minas do Brasil.

4. Conclusão

Na falta de livros de razão nos quais os comerciantes registravam o movimento mercantil, de modo a conhecermos seus parceiros, mercadorias transacionadas e montantes negociados, resta-nos abusar da imaginação para recompor as histórias da economia de períodos tão distantes como o colonial brasileiro.

Fontes como inventário *post mortem* e livros de notas dos tabeliães são uma boa alternativa. Eles nos dão acesso a uma paisagem econômica que foi imortalizada nos instrumentos formais da época, uns com mais detalhes que outros.

Nesse esforço de conhecermos um pouco mais da sociedade da vila de Santo Antônio da Jacobina no século XVIII e início do XIX, foquei

nas procurações registradas em Salvador, uma vez que não mais existem suas congêneres sertanejas. O estudo das procurações abre um caminho para termos uma documentação serial sobre os moradores de um lugar e aventar conhecer as redes sociomercantis em que estavam inseridas. Apesar de ser uma alternativa, não se pode negar que ela se mostra limitada quando percebemos a supremacia masculina de seus dados. Assim sendo, amplia-se o esforço de pesquisa dos historiadores na busca nominal de cada personagem ali listado nas mais variadas tipologias de fontes e arquivos para recompormos suas famílias e conhecermos mulheres, filhos, irmãos, pais e mães (Domingues, 2024).

A metodologia usada aqui mostrou caminhos para a reconstrução socioeconômica de vilas coloniais cuja documentação serial já não existe. Apesar de não contarmos com séries completas de remessas de ouro, dinheiro ou escravos, as que ainda chegaram até nós dão-nos informações importantes sobre agentes, quantidades e forma do comércio entre o porto atlântico de Salvador e a comunidade aurífera sertaneja de Jacobina, abrindo caminhos para que busquemos mais fontes seriais que nos ajudem a fechar lacunas desconhecidas sobre o funcionamento do mercado interno baiano. Esse modelo, portanto, pode ser replicado para outras capitaniais, a exemplo de Pernambuco, cujos livros de notas de Olinda e Recife se perderam no tempo.

Referências

- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Conselho Ultramarino, Bahia (AHU, CU, 005). Cx. 1, docs. 85 e 96; cx. 2, doc. 213; cx. 46, doc. 4122; cx. 53, doc. 4633; cx. 63, doc. 5355; cx. 85, doc. 6948 e 6956; cx. 99, doc. 7806; cx. 134, doc. 10421.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Seção Judiciária, Livros de notas dos Tabeliães (Salvador), n. 21, 37-A, 39, 45, 48, 51, 55, 58, 64, 70, 76, 82, 85, 91, 99, 100, 102, 105, 114, 117-A, 119, 123, 130, 141, 143, 144, 164, 174, 180, 186.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Seção Judiciária, 04/1760/2230/04. Inventário *post mortem* de Maria Pereira Rangel, 1790.

ASSADURIAN, C. *El sistema de la economía colonial: mercado interno, regiones y espacio económico*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1982.

BARLETA, L. B. *Empire in the backlands: mobility and the interiorization of Portuguese colonization in Brazil, seventeenth and eighteenth centuries*. Satannford: SU, 2021 (Tese de Doutorado da SU).

CARRARA, A. A. *Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

CEZAR, I. de O. *A última rota atlântica: o comércio interno de escravizados rumando os sertões da Bahia setentista c. 1759-c. 1798*. Salvador: UFBA, 2020 (Dissertação de Mestrado da UFBA).

CONCEIÇÃO, H. S. *O sertão e o império: as vilas do ouro na capitania da Bahia (1700-1750)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018 (Tese de Doutorado em História da UFRJ).

CONCEIÇÃO, H. S. Hierarquias sociais e trabalhadores de bateias nos sertões da Bahia: um estudo de caso na vila aurífera de Santo Antônio da Jacobina, 1720-1723. *Mundos do Trabalho*, v. 15, p. 1-25, 2023.

DOMINGUES, C. *O tráfico negreiro da Bahia: agentes, investimentos e redistribuição (1690-1817)*. Lisboa; Salvador: UNL; UFBA, 2023 (Tese de Doutorado da UNL e UFBA).

DOMINGUES, C. Alguns nomes, múltiplos arquivos: busca nominativa, fundos arquivísticos e a construção da História. In: FERNÁNDEZ, S. R.; SAMPAIO, M. de O. (Org.). *El desafío de los archivos en la práctica historiográfica: sobre propuestas y análisis en las experiencias de Argentina y Brasil*. Rosario; Salvador: ISHIR – Instituto de Investigaciones Socio-históricas Regionales del CONICET; Universidade do Estado da Bahia, p. 213-232, 2024.

FAGUNDES, G. C. *Um minhoto no sertão do São Francisco: o livro de razão de Atanásio Cerqueira Brandão, 1710-1730*. Ouro Preto: UFOP, 2021 (Dissertação de Mestrado da UFOP).

INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO (IAHGP). Livros de notas do tabelião de Cabrobó, 1785-1790 (IAHGP, LNTC), FamilySearch. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:33S7-95GS-97QM-?view=explore>>: 16/07/2024.

LEMERCIER, C.; TRIVELLATO, F. 1751 and Thereabout: A Quantitative and Comparative Approach to Notarial Records. *Social Science History*, v. 46, p. 555-583, 2022.

MATHIAS, C. L. K. *As múltiplas faces da escravidão: o espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 1711-c. 1756*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012.

SANTOS, A. F. da S. dos. É fiado ou em dinheiro de *contado?*: crédito e moeda na Bahia colonial. São Paulo: Alameda, 2022a.

SANTOS, J. de O. *O viver na vila de Santo Antônio de Jacobina nas primeiras décadas do Império*. Jacobina: UNEB, 2022b (Monografia de Graduação da UNEB).

SANTOS, M. R. A. dos. *Fronteiras do Sertão Baiano: 1640-1750*. São Paulo: USP, 2010 (Tese de Doutorado da USP).

SANTOS, R. F. *Minas com Bahia: mercados e negócios em um circuito mercantil setecentista*. Niterói: UFF, 2013 (Tese de Doutorado em História da UFF).

SILVA, G. A. da. “*As embrulhadas de jacobina nunca terão fim*”: criminalidade e justiça na vila de Jacobina (1720-1743). Jacobina: UNEB, 2014 (Monografia de Graduação da UNEB).

SILVA, N. O. da. A elite local da vila de São Jorge dos Ilhéus, século XVIII. In: DIAS, M. H.; CARRARA, A. A. (Org.). *Um lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, p. 169-181, 2016.

THE TRANS-ATLANTIC SLAVE TRADE: A DATABASE. Disponível em: <<https://www.slavevoyages.org/>>.

VASCONCELOS, A. *Ouro: conquistas, tensões, poder, mineração e escravidão – Bahia do século XVIII*. Campinas: Unicamp, 1998 (Dissertação de Mestrado da Unicamp).